

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	1
Título: Petrobras capta US\$ 4 BI no mercado internacional	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: O resgate da Petrobras	2
Título: Petrobras capta US\$ 4 bi e inicia venda de campo de gás no AM	3
Título: Após investir R\$ 80 mi, Petrobras corta patrocínio	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Conta de luz vai bancar obra no Norte	8
Título: Resistência indígena não altera projeto	9
Título: Governo tenta liberar recursos do orçamento	11
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Agência reguladora deve expandir mineração	12
Título: Ministério eleva exigência para importação de etanol	14
Título: Echoenergia, da Actis, compra ativos da Casa dos Ventos	15
Título: Fundo de custeio definirá venda de distribuidora da Eletrobras	17
Título: Futuro da Samarco passa pela pequena Santa Bárbara	18
Título: Petroleiras voltam a abrir a carteira para investir	20
Título: Petrobras capta US\$ 4 bi em bônus	22

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia**

Autor: Ramona Ordonez e Bruno Rosa**Título: Petrobras capta US\$ 4 BI no mercado internacional**

A Petrobras fechou ontem uma operação de captação de US\$ 4 bilhões no mercado internacional. De acordo com fontes, na abertura, a intenção da estatal era captar US\$ 1,5 bilhão na Europa e nos Estados Unidos, mas a procura chegou a cerca de US\$ 20 bilhões. O objetivo da operação, segundo analistas, era trocar dívidas com juros altos por outras de prazo mais longo e custo menor. O valor foi o mesmo da operação realizada no primeiro trimestre do ano.

De acordo com uma fonte, os US\$2,5 bilhões obtidos além do necessário com a emissão vão reforçar o caixa da companhia.

Para Marcos Elias, da Modena Capital, a operação mostra que "há apetite pelos papéis da empresa". Segundo Phillip Soares, da Ativa Investimentos, a emissão para a Petrobras é positiva ao reduzir o custo da dívida. No trimestre, afirma Soares, a estatal teve despesas financeiras de R\$ 5,9 bilhões: — O mercado no exterior está com liquidez, o que se traduz nas taxas baixas.

A operação foi dividida em três emissões. Em uma delas, foram emitidos títulos de US\$ 1 bilhão com prazo de cinco anos e taxa de 6,125%. Outros US\$ 2 bilhões, com vencimento de dez anos, saíram com taxa de 7,375%, enquanto outro US\$ 1 bilhão ficou com taxa de 7,250%. Segundo analistas, as taxas ficaram iguais às da emissão de janeiro deste ano.

Entre janeiro e março, a companhia captou R\$ 13,028 bilhões utilizando as fontes tradicionais de financiamento para obter os recursos necessários para rolar sua dívida e financiar seus investimentos. A maior operação foi a oferta de títulos no mercado de capitais do exterior, no valor de US\$4 bilhões e com vencimentos de 5 e 10 anos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Editorial****Autor:****Título: O resgate da Petrobras**

Embora os escândalos de propinas e superfaturamento prevaleçam em notoriedade, foi a gestão movida a interesses políticos e preconceitos ideológicos que deu a principal contribuição para a derrocada da maior empresa do país.

Preços artificialmente baixos da gasolina, empreguismo, políticas nacionalistas e investimentos megalômanos, entre outros fatores, conduziram a Petrobras à

crise que culminou no assombroso prejuízo de R\$ 36,9 bilhões contabilizado no quarto trimestre de 2015.

Mais de um ano depois, vislumbra-se agora uma recuperação mais sólida da gigante estatal, que não se traduz somente no lucro de R\$ 4,4 bilhões nos três primeiros meses deste ano.

O balanço da companhia mostra substantiva redução de custos, tanto na parte administrativa quanto na extração de petróleo.

A produção avançou 7%, graças à maturação do conhecimento técnico na área do pré-sal e do foco em investimentos nos campos mais promissores.

Ainda astronômica, a dívida de cerca de R\$ 300 bilhões é hoje mais administrável, levando-se em conta o aumento da capacidade de geração de recursos da companhia. Cumpridas as metas fixadas para 2018, esta terá condições de recuperar o selo de investimento seguro perdido há dois anos.

Para tanto, a Petrobras promove um programa ambicioso de venda de ativos considerados não estratégicos, que acumulou, até agora, US\$ 13,6 bilhões (ou R\$ 42,2 bilhões, pela cotação atual).

A empresa tem conseguido enfrentar os impactos da recessão, que provocou queda no consumo interno de derivados —a contrapartida foi expressivo aumento, de 72%, das vendas externas.

Decerto há muito ainda por fazer, sobretudo para evitar que a orientação populista ressurgja em tempos de bonança. O contraste entre as notícias de agora e a experiência desastrosa dos anos anteriores, porém, não deve deixar dúvida sobre o caminho para o futuro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras capta US\$ 4 bi e inicia venda de campo de gás no AM

A Petrobras anunciou nesta terça (16) a captação de US\$ 4 bilhões no mercado internacional, por meio da emissão de títulos da dívida. Além disso, deu início à venda de um campo de gás no Amazonas, o primeiro ativo de seu novo plano de desinvestimentos.

A captação se deu por meio da reabertura da venda de títulos com vencimentos em 2022, 2027 e 2044. Os recursos serão usados para alongar o prazo do

endividamento da companhia, com o pagamento antecipado de dívidas que vencem em 2018.

Foram emitidos US\$ 1 bilhão com vencimento em 2022 e juros de 6,125% ao ano, US\$ 2 bilhões com vencimento em 2027 e juros de 7,375% ao ano, e US\$ 1 bilhão e com vencimento em 2044 e juros de 7,250% ao ano.

Em comunicado, a estatal informou que os recursos também poderão ser usados para refinarçar outras dívidas e para "fins corporativos gerais". A operação foi coordenada pelo Banco do Brasil, Bradesco, Citigroup, HSBC, Itaú BBA e Morgan Stanley.

É a segunda vez no ano em que a estatal emite títulos no mercado internacional. Na primeira, em janeiro, captou US\$ 4 bilhões.

A reestruturação do endividamento é a prioridade da gestão da companhia, que pretende vender US\$ 21 bilhões até 2018 para pagar dívidas e busca alongar o prazo dos financiamentos.

Em balanço divulgado na última quinta (11), a empresa informou ter fechado o primeiro trimestre de 2017 com dívida líquida de R\$ 300,975 bilhões, ou US\$ 95 bilhões.

No período, a empresa teve um lucro de R\$ 4,45 bilhões, resultado de cortes de custos e aumento da produção de petróleo do pré-sal.

VENDA

A companhia também anunciou o início do processo de venda do campo de Azulão, no Amazonas, descoberta de gás natural feita em 1999 mas ainda não desenvolvida.

É o primeiro projeto posto à venda pela companhia após as mudanças no plano de desinvestimentos negociado com o TCU (Tribunal de Contas da União). Segundo acordado com o órgão, o prospecto foi publicado no site da empresa, para dar mais transparência ao processo de venda.

A estatal está oferecendo 100% do campo. "A transação em potencial representa uma oportunidade para desenvolver uma descoberta de gás natural, perto de infraestrutura já existente, bem como de linha de transmissão de energia", disse, em comunicado distribuído ao mercado.

Seção: Mercado**Autor: Paulo Roberto Conde****Título: Após investir R\$ 80 mi, Petrobras corta patrocínio**

A Petrobras decidiu cortar o patrocínio de cinco confederações esportivas olímpicas que apoiava desde 2011.

Em reunião no mês passado em sua sede, no Rio, a estatal anunciou aos líderes das entidades que não vai repassar dinheiro para o boxe, taekwondo, esgrima, remo e levantamento de peso na preparação para os Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2020.

O boxe e o taekwondo obtiveram medalhas nos Jogos do Rio, em agosto passado – Robson Conceição conquistou ouro e Maicon Andrade, bronze, respectivamente.

Em Londres-2012, já com o apoio da empresa, o boxe havia obtido três pódios.

De 2011 a janeiro de 2017, período de maior investimento para a Olimpíada carioca, a Petrobras destinou cerca de R\$ 80,5 milhões ao seu projeto de esportes olímpicos.

Estava incluído neste montante, além do aporte às entidades, uma rubrica a esportistas de 15 modalidades chamada de "Time Petrobras".

Os medalhistas olímpicos no Rio Isaquias Queiroz, Serginho, Mayra Aguiar e o nadador paraolímpico Daniel Dias faziam parte do elenco.

À Folha, a companhia disse que o patrocínio a olímpico "continuará fazendo parte da estratégia de comunicação" (leia mais ao lado).

O presidente da CBE (Confederação Brasileira de Esgrima), Ricardo Machado, esteve presente à reunião no Rio em que foi informado da descontinuidade do patrocínio.

Segundo ele, o repasse da Petrobras representava 50% do orçamento anual da entidade. "Vivemos um cenário muito preocupante", disse.

"Para nós, é um horror, porque oferecemos tudo o que os atletas precisavam para a Rio-2016 e isso nos quebrou a perna. Não temos como manter o investimento em viagens para os atletas."

Na Olimpíada, o Brasil teve dois atletas entre os oito melhores pela primeira vez.

Machado afirmou que a alegação dada para o corte foi a "reestruturação" da companhia. "Falaram que há uma possibilidade futura de retomar, mas é impossível saber."

A Confederação Brasileira de Remo também confirmou a presença no encontro do mês passado, e que a Petrobras lhe repassou aproximadamente R\$ 1,5 milhão em 2015 e 2016. O apoio da estatal era seu único além de convênio com o Ministério do Esporte e gerou consequências.

Ela teve de promover cortes em despesas e projetos.

A CBJ (confederação de judô), que levou R\$ 20 milhões em quatro anos da petrolífera por meio do Plano Brasil Medalhas, foi a única que disse ainda discutir renovação.

Enrique Dias, mandatário da confederação de levantamento de peso, disse que o patrocínio proporcionou "ganhos efetivos em todas as áreas" e lamentou o corte.

A estatal anunciou apoio às cinco confederações em 2010, em evento com a presença do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O investimento era feito pela lei de incentivo ao esporte, com os recursos administrados pela ONG Passe de Mágica, da ex-jogadora de basquete Paula, que posteriormente foi retirada do trâmite.

CRISE E CASTIGO

No epicentro da Lava Jato, a Petrobras fechou 2016 com prejuízo de R\$ 14,8 bilhões.

Foi o terceiro ano seguido que a estatal registrou perdas bilionárias em seu balanço.

Em 2015, por exemplo, teve perda de R\$ 34,8 bilhões.

Só atualmente a empresa, que no passado esteve entre as maiores do mundo, deu sinal de recuperação: fechou o primeiro trimestre de 2017 com lucro de R\$ 4,44 bilhões.

A Petrobras e outras grandes estatais como Correios, Caixa, Banco do Brasil e Furnas injetaram cerca de R\$ 650 milhões no esporte olímpico nacional entre 2012 e 2016.

Após a euforia dos Jogos do Rio, porém, a empolgação e o dinheiro desabaram.

A Caixa, por exemplo, cortou até 20% do que repassava à Confederação Brasileira de Atletismo e ao Comitê Paralímpico Brasileiro.

Os Correios reduziram em mais de 70% o valores de seus repasses às confederações de desportos aquáticos e tênis.

Mesmo com três medalhas, das quais duas de ouro, o Banco do Brasil cortou R\$ 84 milhões da confederação de vôlei na comparação direta com o investido até 2016.

OUTRO LADO

A Petrobras confirmou que o vínculo com as cinco modalidades às quais repassava dinheiro desde 2011 acabou.

Os contratos se encerraram em janeiro passado "uma vez que o patrocínio às confederações em questão visavam o ciclo olímpico Rio-2016".

Apesar de não manter contrato com qualquer confederação no momento, a estatal disse que o "patrocínio ao esporte olímpico continuará fazendo parte da estratégia de comunicação da Petrobras, dentro de um novo formato pensado para os atuais desafios de imagem e reputação da marca", prosseguiu a petrolífera, em nota enviada por sua assessoria de imprensa.

A empresa afirmou que essa eventual revisão do projeto esportivo será anunciada "em breve", entretanto sem entrar em mais detalhes.

Criado no meio do ciclo rumo ao Rio para patrocinar atletas de renome, o Time Petrobras também está em xeque. Medalhistas em 2016, Serginho (vôlei), Mayra Aguiar (judô), Isaquias Queiroz (canoagem velocidade) e o nadador paraolímpico Daniel Dias faziam parte do programa, que tinha competidores de 15 modalidades.

"No momento, a Companhia avalia a continuidade do Time Petrobras, projeto que apoia atletas consagrados e de grande potencial para obtenção de resultados esportivos", complementou.

Em 2015, por exemplo, o Time Petrobras recebeu quase R\$ 1,8 milhão de recursos da estatal, mais até do que a confederação de levantamento de peso no período.

O investimento da entidade já havia sido reduzido em 2015, devido aos consecutivos prejuízos registrados em seu balanço anual.

Em julho de 2016, pouco antes do início da Olimpíada do Rio, a companhia não garantia a manutenção do seu apoio aos esportes.

Ela dizia que faria revisão no investimento e só então tomaria uma decisão quanto ao repasse de recursos às confederações esportivas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Conta de luz vai bancar obra no Norte

Encargo cobrado mensalmente dos consumidores será usado para construção da linha de transmissão estimada em R\$ 1,8 bilhão.

O governo decidiu adotar uma saída nada usual para tentar levar à frente seu plano de construir 721 quilômetros de linha de transmissão entre as cidades de Manaus (AM) e Boa Vista (RR), trecho que falta para interligar todos os Estados do País por meio de uma única rede de distribuição de energia.

O objetivo é financiar a obra avaliada em cerca de R\$ 1,8 bilhão com recursos de um encargo cobrado mensalmente na conta de luz de todos os consumidores do País, a chamada Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). O uso do encargo para a construção de linhas de transmissão passou a ser possível a partir de um decreto publicado pelo governo na semana passada e que altera as regras sobre utilização desses recursos.

Originalmente, o encargo existia apenas para bancar a compra de itens como óleo diesel, gás e carvão usados em usinas térmicas de regiões isoladas do País, sem ligação com o sistema interligado nacional. Agora, parte de sua arrecadação poderá ser aplicada nas obras de linhas de transmissão como a Manaus-Boa Vista, um dos projetos mais polêmicos do setor elétrico, pela presença de terras indígenas que seriam atravessadas por seu traçado.

Os recursos da Conta de Consumo de Combustíveis são definidos anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em fevereiro deste ano, a arrecadação de 2017 foi fechada em R\$ 3,9 bilhões, volume bem inferior aos R\$ 6,3 bilhões do ano passado. A queda nesse montante ocorreu após auditorias feitas pela própria Aneel, que reavaliou o volume do combustível usado pelas termoeletricas.

Nas contas do Ministério de Minas e Energia (MME), o consumo anual de combustível pelo Estado de Roraima tem girado em torno de R\$ 500 milhões por ano, dinheiro que é pago com recursos do encargo. O uso de mais recursos para financiar a obra vai pressionar ainda mais a tarifa cobrada da população, mas a avaliação do governo é que, após quatro anos de operação, a própria linha se pagará, além e acabar com os gastos com combustíveis.

Aldeias indígenas. A solução financeira não resolve todo o caso. O MME ainda precisa definir o que fazer com a situação da concessionária Transnorte Energia, formada pela estatal Eletronorte e a empresa Alupar. Em setembro de 2011, a concessionária venceu o leilão para construir a linha, que tinha prazo de três anos para ficar pronta e operação prevista para janeiro de 2015. Ocorre que, dos seus 721 km de extensão, 125 km passariam pela terra indígena Waimiri Atroari, onde estão 31 aldeias e mais de 1,7 mil índios. O processo não conseguiu autorização do povo waimiri, tampouco da Fundação Nacional do índio (Funai).

No fim do ano passado, a empresa entrou com pedido formal de desistência do projeto na Aneel, após cinco anos em tratativas e discussões para tentar obter licenciamento. No pleito, a concessionária apresentou ainda uma conta de R\$ 534 milhões a receber, conforme um estudo financeiro feito pela Fundação Getúlio Vargas para estimar custos no período e indenizações. A agência acatou o pedido de extinção, mas não julgou a indenização.

Apesar de a Aneel ter se posicionado a favor da extinção do contrato, essa não é a convicção do MME, que pretende levar o projeto adiante. O interesse do governo em construir a linha não se limita apenas à possibilidade de deixar de queimar combustíveis poluentes ou de se livrar das condições precárias de abastecimento a partir da Venezuela, que hoje entrega energia para parte de Roraima. A linha de transmissão viabilizaria, também, a construção de hidrelétricas planejadas para serem erguidas no Rio Branco.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Resistência indígena não altera projeto

Governo enfrentará resistência para abrir Amazônia às mineradoras.

Área conhecida como Reserva Nacional do Cobre e seus Associados integra sete florestas protegidas e duas terras indígenas.

O governo pode se preparar para enfrentar uma forte resistência caso queira levar adiante o plano de liberar uma área de 47 mil quilômetros quadrados em

plena floresta amazônica, entre o Pará e o Amapá, para extração de ouro e outros minerais nobres. No mês passado, o Ministério de Minas e Energia deu o primeiro passo para abrir à iniciativa privada o acesso a uma área conhecida como Reserva Nacional do Cobre e seus Associados (Renca). A questão é saber como a entrada de mineradoras será autorizada.

A reserva do cobre foi criada por meio de um decreto publicado em 24 de fevereiro de 1984. Numa canetada, o presidente militar João Figueiredo esquadrinhou uma área de mata fechada com tamanho equivalente ao do Estado do Espírito Santo, ou oito vezes a dimensão do Distrito Federal. O plano dos militares era explorar, por meio de uma estatal, grandes jazidas de cobre incrustadas na região, mineral extremamente valorizado à época por conta das atividades do setor elétrico. Ocorre que esse plano nunca saiu do papel. Passados 33 anos desde a criação da reserva, o que de fato se criou sobre essas terras foram delimitações de sete florestas protegidas e duas terras indígenas, cobrindo praticamente 80% de toda a área.

“O governo dormiu de botas, porque ele mesmo criou áreas de conservação numa área que pretendia minerar”, diz o advogado especialista em mineração Marcello Ribeiro Lima Filho, do Lima Feigelson Advogados. “Há duas grandes dificuldades pela frente. Primeiro, seria preciso alterar os limites das unidades. Mas além disso, seria necessário identificar as jazidas, um trabalho cirúrgico que não existe hoje. O resultado prático desse ato do governo, portanto, ainda é muito pequeno.”

A pedido do Estado, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) localizou cada uma das unidades e terras indígenas sobre a região. O mapa dá uma ideia do que foi criado sobre a antiga reserva. No momento em que diversos projetos de lei em andamento no Congresso têm alterado áreas gigantescas de unidades de conservação, ambientalistas temem que esse seja o mesmo destino para a região da antiga Renca.

“É uma situação de alerta, por conta do grande desmonte das unidades protegidas. Existe uma pressão muito forte e o marco legal das unidades está fragilizado”, avalia Jaime Gesisky, especialista em Políticas Públicas da organização WWF.

A área engloba nove áreas protegidas: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as Florestas Estaduais do Paru e do Amapá, a Reserva Biológica de Maicuru, a Estação Ecológica do Jari, a Reserva Extrativista Rio Cajari, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e as Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru d’Este. De todas essas unidades e terras indígenas, apenas uma pequena parcela da Floresta Estadual Paru prevê atividades de mineração. Nas demais

áreas, a exploração é 100% proibida, seja conta da relevância ambiental da unidade ou por falta de um plano de manejo florestal.

O secretário-executivo de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, defende a viabilidade de projetos na região, mas diz que não há previsão de se entrar em florestas protegidas ou terras indígenas. “O que fizemos nesse primeiro momento foi destravar um impedimento em relação a uma área. Existe naquela região uma quantidade enorme de garimpos ilegais, de pistas de pouso. Há garimpos de ouro sendo feitos de maneira destrutiva”, disse Pedrosa. “A Renca estava protegendo uma atividade ilegal que o governo não tinha condições de resolver. Estamos avançando agora para regularizar essa situação.”

Para Danicley de Aguiar, responsável pela Campanha da Amazônia do Greenpeace, o que deveria ser feito é o combate às extrações ilegais, e não a abertura para a exploração industrial. “Esse projeto é uma tradução fiel do desmonte da política ambiental brasileira. Ele consolida a decisão de entregar e limitar a Amazônia aos interesses econômicos imediatos.”

Há mais de 550 requerimentos de pesquisa na região feitos após a criação da Renca, os quais serão cancelados. Outros 170 títulos requeridos ou outorgados antes da criação da reserva permanecerão em vigor. O setor de mineração está na expectativa dos próximos passos, diz o advogado Marcello Ribeiro Lima Filho. “Para o setor, o governo deu um bom sinal, mas é preciso ver o que será feito daqui para frente.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes e Carla Araújo

Título: Governo tenta liberar recursos do orçamento

Para conseguir descontingenciar parte do corte de R\$ 42,1 bilhões no orçamento anunciado em março, ideia é buscar receitas extraordinárias.

O governo está atrás de novas receitas extraordinárias para conseguir desbloquear na próxima semana parte do corte de R\$ 42,1 bilhões que foi anunciado em março. Segundo fontes da equipe econômica, o governo pode obter pelo menos R\$ 1,5 bilhão de novas receitas este ano com a elevação da previsão de arrecadação com venda de hidrelétricas que pertenciam à Cemig.

Outras receitas extraordinárias estão em análise pela equipe econômica. O governo tem até segunda-feira para encaminhar ao Congresso o segundo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. O documento terá que mostrar a evolução do desempenho fiscal e avaliar a capacidade de cumprimento

da meta fiscal de déficit de R\$ 139 bilhões fixada para este ano. Ele pode apontar o primeiro "descontingenciamento" parcial.

Em meio às negociações políticas para aprovação das reformas da Previdência e Trabalhista, o presidente Michel Temer quer sinalizar que haverá dinheiro ainda este ano para o andamento das obras. Em entrevista ontem para rádios regionais, Temer deu o recado de que o governo está trabalhando para tomar as medidas necessárias para a "redução do contingenciamento, e dessa forma levar as obras adiante".

O governo previu inicialmente uma receita de R\$ 10,1 bilhões com as hidrelétricas, estimativa que levava em consideração o pagamento de indenizações regulatórias à Cemig de R\$ 1,5 bilhão. "Mas observamos que esse pagamento será feito no ano que vem", explicou uma fonte da equipe econômica. Ou seja, neste ano, o governo terá cerca de R\$ 11,6 bilhões com essas vendas.

Segundo a fonte, ainda não há definição sobre a liberação de parte do corte, o que só deverá ocorrer entre quinta e sexta-feira. Está certo, no entanto, que no próximo relatório bimestral, não estão previstas medidas de alta de impostos.

A equipe econômica quando anunciou, em março, o corte de R\$ 42,1 bilhões destacou que um contingenciamento desse tamanho seria insustentável e que teria que haver medidas compensatórias para reduzi-lo até o final do ano.

O Estadão/Broadcast apurou que ao final do terceiro trimestre, não haverá mais dinheiro para pagar as despesas de investimento e de custeio. O risco será de um colapso no funcionamento da máquina. (...)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia

Título: Agência reguladora deve expandir mineração

A elaboração do projeto que vai criar uma agência reguladora para o setor de mineração está em fase final na Casa Civil, e o texto deve ser enviado ao Congresso em breve, disse Fernando Coelho Filho, ministro de Minas e Energia, durante evento promovido pela Consulting House.

"Vemos ano após ano os investimentos em mineração caindo", disse. Segundo o ministro, a falta de agência reguladora específica no setor é um dos motivos do afastamento das principais multinacionais de mineração. O ministério pensa em criar outorgas para concessões de mineração, algo que gera muita resistência ainda entre os empresários.

Coelho Filho espera que seja possível vencer as questões legais e jurídicas para a criação da agência ainda no primeiro semestre. "Queremos lançar as bases para que num futuro próximo o peso que a mineração tem hoje no PIB, de 4%, chegue a 6%. É um esforço muito grande, mas é possível", disse.

Coelho Filho disse também a previsibilidade no setor de petróleo e gás, com o estabelecimento dos calendários anuais de leilões, vai ajudar o país a atrair mais investimentos para o segmento. "Ninguém consegue aprovar dentro de um conselho de uma empresa um orçamento para participar de um leilão sem um prazo", disse.

Nos últimos anos, com a falta de planejamento antecipado de leilões de exploração de petróleo no país, vários investidores se afastaram do Brasil e voltaram a atenção para outros locais, como Norte da Europa, México e Moçambique.

"A política de conteúdo local nos levou a um número de pedidos de 'waiver' [perdão ao descumprimento de contratos] que beira R\$ 80 bilhões. Essas multas nunca poderiam ser aplicadas, tiraria as empresas do Brasil", disse, destacando que, com as mudanças, não é necessário mais waiver.

Para os fornecedores brasileiros, as mudanças são positivas pois poderão negociar diretamente com multinacionais que operam no mundo inteiro.

O ministro afirmou também que o ministério está preparando um diagnóstico completo dos problemas enfrentados no setor elétrico atualmente para que possa lançar "as bases para o futuro".

"É um setor que experimentou forte judicialização, que chegou a ser excessiva", disse o ministro. Segundo o ministro, a judicialização deve somar algo em torno de R\$ 90 bilhões. "Não tem espaço para dizer que a tarifa resolve isso", disse, completando que seria uma pressão muito forte na tarifa justamente no momento em que a economia está começando a reagir.

Coelho, que defende a redução de encargos ao setor, disse que a nova medida provisória do setor elétrico - cujos principais pontos foram antecipados pelo Valor na semana passada - ainda está em fase de elaboração dentro do governo.

"A MP começou para tentar equacionar algo para o programa 'Novo Chico', algo muito pequeno", disse o ministro.

A ideia original, segundo ele, seria utilizar parte das sobras de energia cotizada da Chesf - subsidiária da Eletrobras - para financiar a revitalização do São Francisco. Os recursos seriam obtidos com a descotização de uma fatia inferior a 500 megawatts (MW) da Chesf, disse.

Alterar os contratos de toda a energia das cotas de garantia e potência neste ano seria "inexequível", segundo o ministro, devido à forte pressão tarifária que seria causada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rafael Bitencourt

Título: Ministério eleva exigência para importação de etanol

A definição de que os importadores de biocombustíveis precisarão seguir as mesmas regras dos produtores nacionais, publicada ontem no "Diário Oficial da União", vai a proteger produtores brasileiros do forte crescimento das importações de etanol de milho, disse Fernando Coelho Filho, ministro de Minas e Energia.

"O volume de etanol de milho importado até abril desse ano já representa quase o volume total do ano passado, é uma ascensão violenta", disse o ministro. "Evidentemente que isso tira espaço do nosso etanol nacional", completou. Segundo ele, as associações e produtores se movimentaram atrás de mecanismos para proteger os produtores dos importadores, para que todos possam seguir as mesmas regras, com isonomia.

"Hoje, o produtor nacional tem uma série de normas que precisa cumprir para garantir o abastecimento de mercado, e o importador não tem esses custos e obrigações. Não estamos proibindo importações, estamos dizendo que o importador tem que seguir as mesmas obrigações que o produtor nacional. Isso é o justo", disse.

As novas diretrizes foram definidas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Os importadores "deverão atender às mesmas obrigações de manutenção de estoques mínimos e de comprovação de capacidade para atendimento ao mercado exigidas dos produtores de biocombustíveis instalados no país".

O CNPE é instância do governo responsável por estabelecer diretrizes para a importação e exportação de biocombustíveis com o objetivo de atender às necessidades de consumo interno. A decisão do conselho consta na Resolução 11/2017, publicada ontem no "Diário Oficial da União".

A Agência Nacional do Petróleo se encarregará de acompanhar o cumprimento da exigência. Ainda segundo a resolução, o importador de biocombustíveis terá obrigação de armazenar o volume estratégico mínimo em estoque próprio,

observando as mesmas proporções de quantidade e períodos estabelecidos para produtores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Echoenergia, da Actis, compra ativos da Casa dos Ventos

A Echoenergia, companhia recém criada pela gestora britânica Actis, vai anunciar hoje a aquisição de dois complexos eólicos da Casa dos Ventos, que somam 346 megawatts (MW) de potência já em operação. Esse é o primeiro passo do plano da empresa de se consolidar entre os maiores investidores no setor eólico do Brasil.

Vendedor e comprador dos ativos não revelaram o valor da operação. Para se ter uma ideia do tamanho potencial da operação, o complexo eólico Alto Sertão II, de 386 MW, foi avaliado em cerca de R\$ 1,8 bilhão pela AES Tietê no acordo de compra da Renova Energia. Diferentemente da Renova, que enfrenta severa crise financeira, a Casa dos Ventos não tinha pressa em se desfazer dos ativos, pois os recursos servirão para futuros investimentos em novos projetos por parte da companhia.

"A Echoenergia será o veículo de investimentos em eólica no Brasil", disse Sérgio Brandão, diretor de energia da Actis no Brasil. "A aquisição marca o início da empresa e é a primeira de uma série que poderão ocorrer", completou.

Além da Echoenergia, a Actis está no setor de energias renováveis do Brasil por meio de outros dois veículos. A gestora é controladora da Atlantic, que tem cerca de 650 MW em projetos, sendo dois terços em operação e um terço em construção, e da Atlas Renewable, herdeira dos projetos de energia solar da SunEdison na América Latina. No Brasil, são 220 MW de energia solar ainda em construção.

Os investimentos da Echoenergia e da Atlas Renewable vieram do mesmo fundo lançado pela Actis em 2017, envolvendo US\$ 3 bilhões em recursos.

Embora a Actis não descarte voltar a participar de leilões de novos projetos com a Atlantic, o foco agora é no crescimento do portfólio da Echoenergia. Dentro de um a dois meses, a companhia espera fechar uma nova aquisição de ativos de geração eólica também operacionais. "Isso vai tornar a Echoenergia a segunda maior do país em geração eólica", disse Brandão. Ele, porém, não revelou quais ativos a empresa está negociando a compra.

"Estamos falando em montar uma empresa que vai ter de 1,2 GW a 1,5 GW em operação daqui a três ou cinco anos", disse Edgard Corrochano, presidente da Echoenergia - e que comandava no Brasil a fabricante de turbinas eólicas Gamesa até o início do ano.

Meta da companhia é atingir entre 1,2 GW e 1,5 GW em ativos em operação nos próximos três a cinco anos

A Echoenergia está preparada para atingir essa potência instalada por meio de fusões e aquisições ou em leilões de energia nova. "Se tiver um leilão no fim deste ano ou começo do próximo podemos participar. O fato de termos uma massa grande de ativos operacionais nos ajuda muito", disse Brandão.

Para a Casa dos Ventos, a venda representa uma oportunidade de "reciclar capital" para novos investimentos futuros, segundo Lucas Araripe, diretor de Novos Negócios da empresa e filho de Mário Araripe, fundador da companhia pioneira no setor eólico brasileiro. "A Actis é um dos principais players do setor, via a Atlantic. O fato de terem comprado nossos projetos é um atestado da qualidade dos nossos ativos", disse Araripe.

Os complexos eólicos adquiridos são o Ventos de São Clemente, com 216 MW e localizado em Pernambuco, e o Ventos de Tianguá, no Ceará, que tem 130 MW.

A Casa dos Ventos ainda tem na carteira o Ventos do Araripe III, que está em fase final de construção, com 358 MW no Piauí. "O objetivo primordial da venda é reciclar capital pra podermos nos posicionar de maneira competitiva nos próximos leilões. Todos os recursos serão reinvestidos em novos ativos", disse Araripe.

O fato de os complexos adquiridos da Casa dos Ventos já serem operacionais é importante para a Actis. "Você já começa com uma empresa operacional, com fluxo de caixa. Isso faz com que a empresa seja mais forte, financeiramente falando. Com maior qualidade de crédito. Isso dá opções para que a empresa possa se expandir por meio da angariação de recursos no mercado", disse Brandão.

Ele destacou ainda que os financiamentos de Tianguá e São Clemente tem "alta qualidade", o que também ajuda a Echoenergia caso precise levantar capital no futuro. "Não é uma empresa que nasce endividada", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Fundo de custeio definirá venda de distribuidora da Eletrobras

A Eletrobras aguarda para ainda este mês uma definição pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre o cálculo dos recursos do fundo setorial para custear o uso de combustível para geração termelétrica no Norte. A questão é considerada crucial pela elétrica, que vê risco de impacto para o cronograma de privatização da distribuidora Amazonas Energia, se o impasse sobre o assunto permanecer. Apesar do clima amistoso, a companhia também cogita recorrer à Justiça, caso se sinta prejudicada pela decisão da autarquia.

"Entregamos [o contraditório] mais de 15 dias atrás. Imagino que ela [Aneel] deva se pronunciar ao longo deste mês [...] Haverá grande dedicação da agência e da empresa de tal maneira a chegarmos a um bom termo nisso, em nível administrativo, idealmente sem nenhum tipo de recurso. Mas o recurso é um direito e, no caso do gestor público, uma obrigação, seja no campo administrativo, se estiver em desacordo com os achados nossos, seja no campo judicial. "Não tenho dúvida de que isso pode atrapalhar o cronograma da privatização. A decisão da privatização já foi tomada", disse ontem o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., em teleconferência com analistas sobre os resultados no primeiro trimestre.

Na prática, a estatal entende ter recursos a receber da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), cuja uma das atribuições é o custeio do combustível usado para geração térmica no Norte. Relatório de fiscalização da Aneel porém havia concluído que a companhia teria, na verdade, que devolver R\$ 3,7 bilhões aos consumidores, a título de ressarcimento por pagamento a maior para a compra do combustível.

A Eletrobras tem urgência na solução da questão, que atualmente trava a conclusão da negociação de parte da dívida da elétrica com a Petrobras, fornecedora dos combustíveis, que não é coberta pelo fundo. A negociação é essencial para a desverticalização da Amazonas Geração e Transmissão, que, por sua vez, é crucial para a venda da distribuidora Amazonas Energia, prevista para ainda este ano.

Outra questão que gerou preocupação do mercado com relação às ações da Eletrobras foi a declaração dada ontem pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, de que a proposta de "descotização" da energia de hidrelétricas cuja concessão foi renovada pela Medida Provisória 579 - que tem potencial de ganho para a Eletrobras - é "inexequível" para este ano. Ele acrescentou que uma medida dessas não poderia ser feita "numa canetada". A proposta, conforme antecipou o Valor na semana passada, ainda está em estudo.

A declaração do ministro reverteu a trajetória das ações da Eletrobras no mercado ontem. As ações da empresa, que chegaram a registrar a segunda maior alta do Ibovespa na abertura do mercado - refletindo o resultado da empresa no primeiro trimestre - fecharam o dia em queda de 2,57% (ON) e 0,14% (PN).

Com relação ao resultado trimestral, com lucro líquido de R\$ 1,4 bilhão, revertendo prejuízo de R\$ 3,9 bilhões, em igual período de 2016, Ferreira Jr. destacou os resultados operacionais. "Já estamos num sinal positivo em relação ao efetivo controle de despesas operacionais."

Nessa linha, na próxima semana, a companhia lançará o plano de aposentadoria incentivada. "No dia 22 de maio vamos lançar nosso plano de aposentadoria especial onde teremos o primeiro movimento importante de redução de custo", disse ele.

Ferreira Jr. não deu detalhes sobre a iniciativa. Em entrevista ao Valor, em janeiro, porém, o executivo contou que a meta era de uma adesão de 50% dos cerca de 5 mil funcionários que preenchem as condições necessárias. O programa teria custo de R\$ 1,5 bilhão e um potencial de economia de R\$ 900 milhões anuais.

Outra boa notícia para a empresa poderá sair ainda esta semana. O Valor apurou que a Eletrosul deve fechar, até sexta-feira, a transferência de um conjunto de projetos de transmissão de energia para a chinesa Shanghai Electric. Ao todo são 2 mil km de linhas no Rio Grande do Sul, com investimentos previstos de R\$ 3 bilhões. A subsidiária da Eletrobras não deve receber valores pelo negócio, mas não terá mais de fazer o investimento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza

Título: Futuro da Samarco passa pela pequena Santa Bárbara

Desde o início do ano, o prefeito de uma pequena cidade de Minas Gerais é motivo de dor de cabeça para duas das maiores mineradoras do mundo, a Vale e BHP Billiton. A questão tem relação com o futuro da Samarco e foi parar na Justiça. A empresa pertencente às duas mineradoras está sem operar desde novembro de 2015 quando uma de suas barragens ruiu na cidade mineira de Mariana, provocando uma tragédia ambiental sem precedentes.

Para retomar suas atividades, a Samarco precisa de duas licenças das autoridades ambientais de Minas Gerais. Uma delas está tramitando. Outra, ainda nem foi solicitada porque a Samarco não consegue resolver um impasse com Leris Braga

(PHS), jovem prefeito de Santa Bárbara (MG), município de 30 mil habitantes a 100 km de Belo Horizonte.

Desde 2014, a empresa capta água num rio que cruza Santa Bárbara. E precisa agora, para juntar ao pedido de licenciamento, que Braga assine um termo afirmando que o bombeamento está de acordo com a legislação municipal. Prefeitos de outras quatro cidades onde a Samarco têm instalações já assinaram essas declarações de conformidade. Falta apenas Braga.

"O assunto na cidade sempre foi que a água foi liberada de graça para a Samarco. Além disso, há o temor de a cidade um dia não ter mais água", disse ao Valor o prefeito, instalado em uma casarão com ares coloniais que serve de sede da prefeitura.

Mesmo com todo seu aparato de advogados e técnicos, a Samarco tem se mostrado incapaz, até então, de dissolver o impasse. E é por causa desse impasse que as perspectivas da Samarco de que poderia voltar entre outubro e dezembro parecem hoje impraticáveis. Isso porque além do tempo para tramitar um pedido nos órgãos ambientais, a empresa ainda precisará de cinco meses para realizar obras de adaptação, após receber sinal verde. O cronograma não fecha.

O assunto se espalhou. "Santa Bárbara nunca foi tão citada em Nova York como agora", disse dias atrás ao Valor, meio zombando meio a sério, o presidente da Samarco, Roberto Carvalho. É lá que um grupo credores da empresa recorre à Justiça para tentar receber pagamentos em atraso e acompanha o processo de retomada da empresa. "O pessoal quer saber como a Samarco está conduzindo isso, quando isso vai terminar."

Braga, formado em Administração de Empresas, tem 34 anos e está em seu segundo mandato. Nunca tinha disputado uma eleição quando foi eleito pela primeira vez em 2012. Funcionário concursado do Banco do Brasil, ganhou naquele ano com 42% dos votos e discurso de renovação. Em 2016, foi reeleito: 78% dos votos.

Em 2013, no início de seu primeiro mandato, viveu seu primeiro embate com a Samarco. "A gente observou que as obras para captação de água não tinham alvará de construção. Faltavam só 12% para a conclusão e não tinha alvará", conta ele. A empresa regularizou sua situação e se comprometeu a repassar R\$ 12,8 milhões para investimentos na cidade. A maior parte já foi paga.

Em janeiro deste ano, começou o segundo embate. Foi quando a mineradora protocolou o pedido de declaração de conformidade. Até agora não teve resposta.

A mineradora alega que o prefeito faz exigências que não cabem à prefeitura, mas ao Estado

O prefeito pediu estudos e diz que a própria empresa apresentou conclusões aparentemente contraditórias dos efeitos da captação sobre a capacidade de auto-depuração do rio Santa Bárbara, que recebe esgoto sem tratamento. O prefeito anterior, que autorizou a construção da adutora em 2009 foi depois acusado pelo Ministério Público de não ter exigido estudos suficientes. Braga diz que não quer ser acusado pela mesma falta. Ele fala em ações mitigatórias, por parte da empresa, como prevê o plano diretor do município, de 2007. Uma das ações do plano é investimentos privados no saneamento de Santa Bárbara.

No início de abril, a Samarco, segundo Braga, disse que aceitaria bancar um plano de tratamento de esgoto. "Mas no fim de abril, o Roberto [Carvalho] me ligou e disse que um dos acionistas não tinha concordado", contou. A empresa não quis comentar o conteúdo das conversas com o prefeito. Mas numa conversa recente com o Valor, o presidente da empresa disse que bancar saneamento seria como se a empresa estivesse comprando a anuência do prefeito necessária para o pedido de licenciamento.

As conversas prosseguem mas até agora não chegaram a nada. A Samarco levou a questão à Justiça. Alega que o prefeito faz exigências que não cabem à prefeitura, mas ao Estado. Na quinta-feira, em segunda instância, a Justiça de Minas deu dez dias, válidos a partir de hoje, para o prefeito se manifestar se a atividade da Samarco em seu município está ou não em conformidade com a lei de uso e ocupação do solo do município.

O prefeito indica que não está disposto a assinar a carta de conformidade sem contrapartidas. A direção da Samarco diz, por sua vez, que tenta costurar uma saída que atenda aos dois lados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Andrew Ward | Financial Times

Título: Petroleiras voltam a abrir a carteira para investir

As empresas de petróleo e gás começam a mostrar os primeiros sinais de volta do interesse por investimentos depois de quase três anos de redução, embora sua prioridade continue sendo os dividendos e o encolhimento das dívidas, segundo líderes do setor.

Cerca de 70% dos executivos e consultores que trabalham na produção e exploração preveem aumento neste ano dos gastos em bens de capital e em

fusões e aquisições, o que marca uma reversão de rumo em comparação aos profundos cortes vistos desde que as cotações desabaram em 2014.

Ainda assim, a maioria dos consultados na pesquisa da firma de consultoria especializada no setor de petróleo e gás Woo Mackenzie, projeta que o aumento nos investimentos em exploração não será de mais de 10% em relação aos patamares dos últimos dois anos, os mais baixos da história.

De acordo com a pesquisa, 60% dos consultados pensam que a prioridade da indústria de petróleo e gás neste ano vai ser proteger os dividendos ou pagar dívidas e apenas 39% acham que vai ser o investimento em exploração, em fusões e aquisições ou no desenvolvimento de novos projetos.

"Otimismo cauteloso é o lema", disse Martin Kelly, chefe de análise empresarial na Wood Mackenzie. "Começamos a ver sinais iniciais de uma volta dos investimentos, mas as empresas ainda estão pensando em primeiro lugar em assegurar que seus balanços patrimoniais estejam em ordem."

Os resultados da pesquisa confirmam a sensação passada pelos maiores grupos de petróleo e gás do mundo nas últimas semanas quando anunciaram seus balanços relativos ao primeiro trimestre. A recuperação parcial nos preços do petróleo, combinada a grandes cortes de custos, ajudou a indústria petrolífera a voltar aos lucros. "Megapetrolíferas" como ExxonMobil, Chevron e Royal Dutch Shell, no entanto, deixaram claro que os gastos em bens de capital vão continuar sob rédea curta.

A recente pausa na recuperação das cotações, com o preço do barril do petróleo Brent voltando a recuar para a faixa dos US\$ 50, reacendeu o nervosismo no mercado, uma vez que os grandes países produtores, liderados pelo cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), enfrentam dificuldade para impedir que a oferta mundial aumente, especialmente diante da retomada da produção da indústria de xisto petrolífero nos Estados Unidos.

A Wood Mackenzie recebeu respostas de 170 executivos e consultores que trabalham na área de exploração e produção pelo mundo, incluindo desde empresas menores até grandes grupos internacionais. Vários dos pesquisados trabalham em funções operacionais, o que lhes dá uma visão direta da atividade do setor.

Em outro sinal de como a cautela ainda impera, apenas 12% dos consultados acreditam que a melhor opção de crescimento de longo prazo para suas empresas seja buscar recursos em locais ainda inexplorados nos territórios de "fronteira", como são chamados os mercados que ainda não são tão grandes quanto os países emergentes e que são considerados o tipo de investimento de

maior risco. Os demais apontam como melhor opção investir em fusões e aquisições, no desenvolvimento de reservas comprovadas ou na exploração de áreas próximas à infraestrutura dos campos existentes.

"A parte onde as empresas estão pensando em termos de crescimento é na ponta da curva de menor custo e risco", disse Kelly.

Os resultados são similares ao de uma pesquisa anual sobre as atividades de exploração do setor realizada por outra firma de consultoria do setor, a Westwood Global Energy Group, com 40 empresas de exploração e produção.

A pesquisa indicou que as descobertas de petróleo e gás em 2016 foram as menores em nove anos e que a atividade de exploração continuou em declínio no primeiro trimestre deste ano. Os planos das empresas para o restante de 2017, contudo, sinalizam crescimento de 10% no número de poços perfurados ao longo do ano em comparação a 2016.

"A indústria saiu da sala de emergência, mas ainda não saiu do hospital", disse Keith Meyers, presidente da Westwood Research, acrescentando que a diminuição dos investimentos criou oportunidades para empresas dispostas a ousar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Daniela Meibak

Título: Petrobras capta US\$ 4 bi em bônus

A Petrobras aproveitou a melhora na percepção de risco dos investidores em relação ao seu perfil de crédito e voltou ao mercado internacional de dívida com a reabertura de emissões de bônus com vencimentos em 2022, 2027 e 2044. A captação, no valor total de US\$ 4 bilhões, veio com forte queda no custo, e ainda assim atraiu uma demanda de US\$ 20 bilhões.

Para o papel com prazo de cinco anos, foi colocado no mercado um volume adicional de US\$ 1 bilhão a uma taxa de retorno ao investidor ("yield") de 4,875% ao ano. Para se ter ideia do recuo do custo, no início de 2017, esse mesmo papel foi emitido a 6,125% ao ano. A queda na taxa é ainda mais relevante quando comparada com as emissões de prazo semelhante realizadas pela Petrobras no ano passado. Em maio de 2016, a empresa pagou uma taxa de 8,625% ao ano e em julho, 7,875%.

A estatal também reabriu a emissão feita em janeiro com vencimento em 2027 e captou mais US\$ 2 bilhões. O yield ficou em 6%, bem abaixo da taxa de 7,375% do início do ano.

Um dos destaques dessa operação foi a reabertura de bônus com vencimento em 2044, cuja oferta foi feita inicialmente em 2014, antes de o país perder o grau de investimento. Ainda assim, a Petrobras conseguiu reduzir o custo: o yield pago caiu de 7,319% ao ano há cerca de três anos para os atuais 7%. Para esse prazo foi levantado US\$ 1 bilhão. A oferta foi coordenada por BB Securities, Bradesco BBI, Citi, HSBC, Itaú BBA e Morgan Stanley.

Desde meados do ano passado, quando o mercado de dívida internacional se abriu mais fortemente para emissores brasileiros, a companhia vinha optando por operações de prazos mais curtos, de cinco e dez anos.

"Grande parte do aperto da taxa dos bônus da Petrobras é decorrente da melhora do seu perfil de crédito. O avanço do cenário econômico e político do Brasil influencia, mas a empresa se recuperou com uma velocidade maior que os bônus soberanos e de outras companhias", explica Alexei Remizov, chefe de mercado de capitais para América Latina do HSBC.

A estatal vem em um movimento ascendente com recuperação das métricas financeiras desde o ano passado, refinanciamento das suas dívidas e redução das despesas de capital seguindo a maior disciplina da administração e o fortalecimento do real ante o dólar, conforme avaliação da agência de classificação de risco Moody's em um estudo sobre liquidez publicado no início deste mês. No início deste ano, a companhia emitiu US\$ 4 bilhões e recomprou outros US\$ 6 bilhões, reduzindo o volume dos passivos e alongando o prazo de sua dívida.

"Apesar dos avanços, os riscos de liquidez continuam altos. A Petrobras tinha, de acordo com números do fim de 2016, US\$ 8,8 bilhões em vencimento em 2017 e US\$ 11,3 bilhões em 2018. Enquanto isso, gerará um fluxo de caixa livre baixo ou mesmo negativo em 2017, com riscos cambiais e operacionais adicionais em um ambiente econômico difícil", ponderou a Moody's.

A Fitch, em relatório sobre o rating da operação, ressaltou que a liquidez da petroleira é adequada e provê conforto temporário em um cenário de deterioração das métricas de crédito, suportado por cerca de US\$ 20 bilhões em caixa e equivalentes em 31 de março, comparado com os US\$ 11,6 bilhões de vencimento de dívida. Além disso, a agência lembra que o rating continua a refletir sua ligação estreita com a nota soberana do Brasil e sua importância estratégica como fornecedora quase monopolista de combustíveis líquidos no

país. A Moody's atribuiu o rating "B1" para a operação; a Fitch, "BB" e a S&P Global, "BB-".

Apesar de menores, as taxas foram avaliadas como "relativamente atrativas" pela Gimme Credit, casa de análise de renda fixa que manteve a recomendação de compra para os bônus da companhia. A petroleira buscou emitir em um momento em que o custo de captação caiu para os níveis de outubro de 2014, observou a instituição em relatório. "Ela ainda tem acesso ao mercado de capitais e tem conseguido levantar grandes montantes, graças ao suporte dado pelo governo. As métricas de crédito estão em recuperação, com foco em encontrar parceiros industriais e vender suas negócios não essenciais para pagar dívidas."

A operação vem na esteira da melhora da avaliação de risco do Brasil pelos investidores. Os contratos de Credit Default Swap (CDS, espécie de seguro contra o calote da dívida) do país atingiram o menor nível desde janeiro de 2015. Os contratos eram negociados nesta segunda-feira a 200 pontos-base, segundo dados da consultoria Markit. No pico, em 2015, o contrato chegou a 540 pontos-base.

Os recursos levantados na reabertura dos bônus devem ser usados para pagar títulos de três emissões com vencimento em 2018. O primeiro é denominado em euro, vence em janeiro de 2018 e tem taxa de 2,75%. O segundo é denominado em dólar, vence em março do ano que vem e tem taxa de 5,875%. O último é denominado em euro, também vence em março de 2018 e tem taxa de 4,875%. O estoque desses papéis soma €1,11 bilhão e outros US\$ 545 milhões. Além disso, os recursos devem ser usados para pagar dívidas bancárias.

Com a demanda de US\$ 20 bilhões sem ser inteiramente atendida pela Petrobras, a expectativa é que outros emissores podem aproveitar o momento e voltar ao mercado internacional de dívida, na avaliação de bancos que estruturam essas operações. Mas isso aconteceria com emissores frequentes, e não novos, que levam mais tempo para preparar a captação. Cemig e JSL, estreantes nesse mercado, estão com suas ofertas em compasso de espera e não têm data para o lançamento. Outras companhias, como CPFL e AES, intensificaram recentemente conversas com bancos para possíveis emissões, mas sem nenhuma decisão.

MME / ASCOM .